

O nazismo no Rio Grande do Sul

Caroline Kraus Luvizotto

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

LUVIZOTTO, CK. *Cultura gaúcha e separatismo no Rio Grande do Sul* [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 93 p. ISBN 978-85-7983-008-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

5

O NAZISMO NO RIO GRANDE DO SUL

O objetivo de abordar o tema nazismo não é relacioná-lo com o conceito de etnicidade ou identidade étnica, pelo menos no que se refere ao Rio Grande do Sul. O que se pretende é reconstruir um episódio da história gaúcha e, assim, apontar uma possível explicação para a origem de alguns elementos presentes nos discursos dos separatistas. Para compreender aquilo que René Gertz (1987) considera *germanismo*, conceito adotado nesta análise sobre o separatismo gaúcho, é necessário entender o processo de criação do Estado alemão no século XIX.

Como descreve Bandeira (1995), o interesse alemão pelo sul do Brasil só emergiu após sua unificação em 1871, quando o estado precisava consolidar sua economia e principalmente a união dos povos germânicos.

No auge da Revolução Francesa, os estados alemães passaram a compor a Confederação do Reno, que, com a Áustria e Prússia, permaneceu sob influência francesa imposta pelo exército napoleônico e revolucionário de 1792 a 1814. Ao fim das guerras napoleônicas, os 400 estados alemães do Sacro Império Romano (962-1806) foram limitados a 35 estados e 4 cidades livres que passaram a compor a Confederação Germânica, estabelecida no Congresso de Viena de 1815.

Durante a primeira metade do século XIX, cristalizaram-se na Alemanha ideais românticos que buscavam reforçar o nacionalismo, descobrindo a “verdadeira essência da nação germânica”. Contudo, esses ideais não eram suficientes para estabelecer a unificação, e o que, realmente, acelerou esse processo foi a necessidade de desenvolvimento econômico. Dessa forma, em 1834 foi criado o *Zollverein*, União Federal de Direitos Aduaneiros, que provocou o aceleramento do progresso econômico.

No período de 1830 a 1848, houve na Alemanha uma expansão industrial acentuada, mas a agricultura continuava a empregar dois terços da população e os centros urbanos eram pequenos e esparsos. Durante esse período, diversas tentativas de revolução nacionalista e liberal procuraram efetivar a unificação, mas não alcançaram êxito por causa da dura oposição dos governos austríaco e prussiano. No entanto, essas tentativas contribuíram para ampliar a consciência nacional que, aliada às transformações econômicas e ao papel crescente da classe média, somou características especiais à revolução de 1848.

Em fevereiro desse ano, começaram as manifestações na Alemanha. O objetivo era a unificação com vistas ao fim da preponderância da Áustria e à extinção das soberanias principescas. Apesar de terem sido feitas reformas nos estados alemães, rumo à unificação, pouco a pouco a Assembleia perdeu o apoio popular e a contrarreforma tomou a ofensiva. Em 1851, nada mais restava do movimento de 1848.

Em 1866, Otto von Bismark, chanceler da Prússia, propôs a reorganização da Confederação Alemã com a exclusão da Áustria, desencadeando a Guerra Austro-Prussiana, que criou a Confederação Alemã do Norte com a vitória da Prússia. Finalmente, a unificação consolidou-se com a vitória da Prússia sobre a França na Guerra Franco-Prussiana em janeiro de 1871, que contou com o coração de Guilherme I como imperador do Segundo Reich (Bandeira, 1995).

Durante todo esse processo de unificação, o território alemão sofreu principalmente com a falta de terras para atender às necessidades de uma população cada vez maior. O avanço do capitalismo também colaborou para a expulsão de muitos alemães de sua terra natal, e, muitos deles, encontraram no Brasil sua segunda pátria, como já vimos anteriormente.

As colônias alemãs no sul do Brasil eram predominantemente agrícolas, e formou-se na Alemanha uma forte corrente para apoiar seu desenvolvimento, para que, mais tarde, essas colônias pudessem fornecer à pátria-mãe produtos primários de alimentação.

Aliás, as notícias do interesse da Alemanha por esse território brasileiro foram muito marcantes no final do século XIX. O interesse do Estado alemão em constituir uma pátria-filha no Hemisfério Sul era muito grande.¹ A partir de 1889, a perspectiva da derrubada da monarquia no Brasil levantou a hipótese de que o Brasil poderia se dividir em duas ou mais repúblicas e que essa separação ocorreria a partir dos estados do sul do Brasil. O governo alemão entusiasmou-se com a ideia de que um Estado alemão se organizasse na região do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, ou, pelo menos, que uma nova república formada por esses estados recebesse forte influência do governo alemão.

Após 1890, essa ideia começou a proliferar na Alemanha, a partir de publicações na imprensa sobre a guerra civil no Rio Grande do Sul. A perspectiva era de que iria resultar na secessão, mas isso não aconteceu, e as expectativas dos alemães de constituírem uma pátria-filha além do oceano foram adiadas.

1 O plano alemão de conquista do mundo não foi uma criação do nazismo. O nacional-socialismo alemão, desde 1740, com o imperador Frederico II, já desenvolvia planos de se apoderar de diversos territórios. Em 1911, Otto Richard Tannenbergl também manifestou seus planos pangermanistas no livro *A grande Alemanha*, a obra do século XX, onde apresenta o mapa da América do Sul no ano de 1950, após a concretização de seus planos.

Por volta de 1900, a imprensa da Europa e dos Estados Unidos noticiou a pretensão da Alemanha de apoderar-se do território no sul do Brasil. A ideia era reforçada toda vez que chegavam notícias de que os alemães e seus descendentes no Rio Grande do Sul cultivavam a homogeneidade étnica e cultural de sua terra natal (*idem*).

Com base nesse cenário, podem-se discutir as relações entre o Brasil e a Alemanha após a ascensão do Partido Nacional-Socialista ao poder alemão.

Como descreve René Gertz (1987), a primeira iniciativa concreta que demonstra o interesse alemão pelo Brasil após a unificação ocorreu em 1934 sob o pretexto de assuntos econômicos. Foram firmados inúmeros acordos econômicos que em muito beneficiaram o Brasil e preocuparam os Estados Unidos, principalmente porque, depois da ascensão dos nacional-socialistas ao poder alemão, as relações entre Brasil e Alemanha se intensificaram consideravelmente.

O governo Vargas demonstrava uma simpatia crescente pelo regime nacional-socialista alemão, despertando interesse e colaboração até mesmo da polícia brasileira que, além de colaborar com a Gestapo, enviou seus homens para serem treinados pela polícia alemã. Durante esse período, foram criados institutos germano-brasileiros de preservação da língua e cultura alemã no País – como em São Paulo e no Rio de Janeiro –, o que demonstrava uma influência dos teutos na vida econômica, social e política nacional.

Essa harmonia entre teutos e brasileiros, Alemanha e Brasil, não durou muito tempo: a partir de 1938, os ingleses e norte-americanos extremamente preocupados com essa relação abalaram a aliança, chamando atenção dos brasileiros para o “perigo alemão”: os alemães pretendiam apoderar-se do território brasileiro partindo do Rio Grande do Sul, pois era a região que havia sofrido maior influência dos povos germânicos. O interesse da Alemanha pelo território do sul do Brasil já era conhecido desde as primeiras décadas

da colonização alemã no País, principalmente por causa de sua posição geográfica e influência na América Latina. É claro que a perpetuação da língua e dos costumes alemães naquele território reforçou o interesse.

A ideia do “perigo alemão” crescia à medida que o estado do Rio Grande do Sul tornava-se mais forte e influente em território nacional, e a figura de Vargas contribuiu muito para esse fortalecimento. Em muitas escolas primárias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, o alemão era ensinado como idioma obrigatório nas cidades colonizadas por alemães, até os poucos negros existentes falavam o alemão e sentiam-se como “bons alemães”. Além disso, os boletins divulgados por igrejas, clubes e pela imprensa dessas localidades eram escritos nesse idioma. Na verdade, até hoje são encontrados lugares no Rio Grande do Sul e Santa Catarina onde as pessoas utilizam o alemão no comércio, nos bares, nas praças (Medina, 1997).

Considerando esse retrato da sociedade alemã durante a década de 1930 no Brasil, pode-se compreender o porquê de o nacional-socialismo e os partidários de Hitler terem encontrado terreno fértil no território brasileiro.

Sobre esse ponto, Ribeiro (1995, p.440) afirma o seguinte:

Essa situação de marginalidade étnica dos núcleos de colonização, principalmente dos alemães, japoneses e italianos, foi explorada antes e durante a última guerra mundial pelos governos dos seus países de origem, criando graves conflitos de lealdade étnico-social. Com esse objetivo, os movimentos nazista e fascista bem como o governo japonês montaram aparatosos serviços de propaganda e estimularam o surgimento de organizações terroristas dedicadas a uma intensa doutrinação ideológica, nacionalista e racista.

O que não se pode esquecer é que muitos alemães deixaram sua pátria por causa das péssimas condições de vida em que se encontravam, continuando a cultivar o respeito pela

terra-mãe em um período em que a crueldade do nazismo ainda não havia sido revelada.

A partir desse momento, vários movimentos políticos, militares e sociais originários do sul foram interpretados como atividades dos nacional-socialistas alemães, e há estudos como o de Jürgen Hell (1938) que revelaram que aqueles movimentos pretendiam criar uma “Nova Alemanha” no sul do Brasil. No livro *Gespräche mit Hitler*, de 1940, Hermann Rauschning declara obter informações do mais alto escalão nacional-socialista, em que a intenção de anexar o sul do Brasil aos projetos do nacional-socialismo é confirmada, declarando que o *Führer* planejava a conquista dessa área. Acreditava-se que a conquista poderia ser feita até sem violência, utilizando as “armas invisíveis” da confiança de Hitler: a fidelidade dos teutos em solo brasileiro para com a Alemanha. Há até quem suponha, se essa informação estivesse correta, que, além de manter uma relação oficialmente amigável com o Brasil, os alemães deveriam ter um programa para organizar e preparar a população de origem alemã para a execução de tal objetivo.

No entanto, independentemente dessa organização, o que poderia estar nos planos de Hitler seria a confirmação do caráter étnico (*völkisch*) na política exterior nacional-socialista: estabelecer influência ou até mesmo domínio sobre todas as regiões onde se encontravam alemães e seus descendentes.

Os reflexos da tomada do poder pelos nazistas na Alemanha também atingiram os teutos no Brasil.

Os representantes nazistas instalaram-se nas colônias alemãs em várias cidades onde residiam os teutos e, a partir de atividades partidárias, interferiram nas decisões políticas e culturais de suas cidades ou comunidades. O grande objetivo dos partidários nazistas no sul do Brasil era a preservação da identidade étnica dos teutos longe de sua pátria de origem.

Como exemplos desse discurso, destacam-se dois trechos da tese do Círculo Teuto-Brasileiro de Trabalho,² de autoria de Rudolf Batke em 1935:

O povo alemão não é somente um conceito de Estado, válido para a Alemanha, e que abrange os súbditos do Estado alemão, mas sim um conceito de homens, independentes da cidadania, e que se deriva do sangue, da espécie, da cultura e da língua. Quem for de sangue alemão e congênera, se confessar adepto de nossa cultura e língua e do povo alemão quanto à espécie, esse também pertence ao povo alemão, embora seja cidadão de um outro país. (Py, 1942, p.23)

[...] Nenhum outro povo tem uma concepção étnica do mundo; somente o nosso. Nenhum outro povo lutou com tão admirável energia e consciência contra toda influência destruidora da etnia, como o nosso na Alemanha. Estamos no início e não no fim! O povo alemão está começando a viver e a fazer história como unidade étnica. Temos motivos para capitular diante de outros povos, quando fazemos parte de um povo tão jovem? Não, nós temos a grande missão de também iniciarmos no Brasil o nosso rumo como grupo étnico. Os senhores, porém, foram eleitos para constituir a vanguarda e aplainar o caminho, a sua geração iniciará com passo firme e vontade férrea a nova época da história étnica no Brasil. Deposito toda a minha confiança na jovem geração teuto-brasileira. Os senhores devem ser os arautos de uma nova aurora de feitos étnicos no Brasil. (idem, p.24)

Bastide (1973, p.75) descreve como a variável étnica se tornava determinante nas lutas políticas, nas regiões colonizadas por alemães no Rio Grande do Sul: “No Rio Grande

2 O Círculo Teuto-Brasileiro de Trabalho foi fundado em 1935 por um grupo de brasileiros de origem alemã, que foram à Alemanha para dedicar-se a estudos profissionais. Era constituído de 44 membros: 13 alemães, 29 teuto-brasileiros e 2 teuto-paraguaios.

do Sul, em que as comunidades alemãs eram mais isoladas, a luta dos partidos políticos toma muitas vezes o aspecto de luta entre nacionais e descendentes de imigrantes”.

Era justamente esse elemento que gerava simpatia dos alemães no sul do Brasil para com os nazistas na Alemanha: a ideia de que eles nunca foram esquecidos pela pátria-mãe, mesmo estando além do oceano, e que os planos nazistas também atendiam às necessidades daqueles que aqui se estabeleceram. Para muitos, a “solidariedade do Führer era irrestrita”, e, se eles estavam “reerguendo a Alemanha”, também iriam lutar para melhorar as condições de vida dos teutos que estavam em outras nações.

O caráter de preservação étnica alemã dos nazistas era a grande arma dos partidários no sul do Brasil. Em nome da perpetuação dos vínculos culturais com a pátria de origem e com o propósito de fortalecer sua identidade étnica, os grupos nazistas no sul do Brasil realizavam encontros, reuniões e exigiam a publicação de seus artigos em jornais e boletins dirigidos aos teuto-brasileiros. Isso acontecia praticamente em todas as localidades onde residiam alemães.

Da mesma forma que crescia a propaganda nazista no Rio Grande do Sul, crescia também, e de forma muito intensa, a “difusão das ideias raciais alemãs”. Frequentemente, as palavras *judeu*, *mulato* e *negro* eram usadas de forma depreciativa e insultuosa. De acordo com Gertz (1987, p.122), essas situações “eram frutos venenosos da teoria da superioridade da raça ‘ariana’, que germinava em território brasileiro, onde não houve jamais questões raciais”.

É claro que também havia divergências entre os partidários nazistas no Brasil (*parteigenossen*). Alguns grupos radicais não acreditavam que somente a conscientização sobre a importância da preservação da identidade étnica seria suficiente para unir e fortalecer a “comunidade alemã”. Era preciso tomar o poder, controlar politicamente os teutos no País. Alguns grupos nazistas, principalmente de Porto

Alegre, começaram a agir de maneira extremamente agressiva na tentativa de tomar o controle dos alemães.

Em 1935, a situação tornou-se tão crítica que o prestígio dos partidários nazistas começou a cair. Ocorreram prisões de partidários e simpatizantes por causa dos excessos e das agressões, o que acabou por provocar medo e discordância entre os teutos. Apesar de manterem uma simpatia declarada pela figura de Hitler e até de Mussolini, alguns alemães passaram a acreditar que a “campanha hitlerista ficava bem na Alemanha, mas nunca no Brasil” (idem, p.141).

Faz-se necessário diferenciar a forma de apoio ao nazismo dos alemães na Alemanha e dos teutos no Brasil.

A partir de 1930, o Partido Nazista cresceu muito na Alemanha, e, em razão da crise política e social em que o país se encontrava, o regime nacional-socialista passou a ideia de esperança, uma saída. Tratava-se de uma política de autoafirmação: o nacionalismo era a principal virtude e atribuía-se a crise não à burguesia, mas aos judeus e aos comunistas (acusados de ganância e exploração do povo, além de traição na Primeira Guerra Mundial, ocasionando assim a derrota da Alemanha). O discurso era de unificação do território alemão, e, segundo Hitler, “povos de mesmo sangue deveriam viver sob o mesmo Estado” e que “não era preciso lutar por igualdades de direitos na Alemanha, pois todos seriam iguais por pertencerem à raça ariana”. O racismo ocultava as lutas de classe e justificava o imperialismo (Barcelos, 1973).

Nesse sentido, o apoio dos teuto-brasileiros ao movimento nazista não foi incondicional, principalmente porque não pretendiam voltar para a Alemanha, pois viviam bem no Brasil. Dessa forma, apenas o caráter étnico do nazismo foi levado adiante no Brasil, já que os exageros cometidos em nome da raça ariana não eram bem-vistos.

A atividade do movimento nazista no Brasil foi se enfraquecendo gradativamente, mas a simpatia pelos ideais e pela

figura de Hitler nunca foi negada. Estimava-se que 80% da população do sul do Brasil era nazista (Gertz, 1987), mas o número de partidários era pequeno, aproximadamente cinco mil em todo Brasil.

Segundo Gertz (1987), *germanismo* seria a melhor expressão para definir o sentimento dos teutos no Brasil durante o governo nazista na Alemanha. Com certeza, a ideia de constituir uma “Nova Alemanha” não era encarada como possibilidade real nem mesmo pelos partidários nazistas mais fervorosos. Mas, sem dúvida, o caráter étnico do nazismo, a preservação da identidade cultural do povo alemão em outras nações, a unidade, o crescimento e fortalecimento da identidade étnica alemã no sul do Brasil e o imenso respeito que sempre foi demonstrado pela pátria de origem caracterizaram esse germanismo.